



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social.
Sub-eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

**PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E ESPIRITUALIDADES
LIBERTÁRIAS: DIÁLOGO CONTRAPRODUCENTE?**

Vinicius Pinheiro de Magalhães¹

Resumo: Este ensaio teórico procurou responder de forma resumida a seguinte questão: existem possibilidades de diálogo e convergência entre o PEP profissional e as espiritualidades libertárias cristãs brasileiras? Constatou-se a viabilidade de convergência entre as pautas defendidas por movimentos religiosos progressistas da tradição cristã e o elemento libertário do PEP profissional.

Palavras-chave: Serviço Social; Espiritualidade; Projeto ético-político; Movimentos Sociais.

Abstract: This theoretical essay sought to answer in few words the following question: are there any possibilities for dialogue and convergence between the professional PEP and the Brazilian Christian libertarian spiritualities? The viability of convergence between the lines defended by progressive religious movements of the Christian tradition and the libertarian element of the professional PEP were verified.

Keywords: Social Service; Spirituality; Ethical-political project; Social movements.

1 INTRODUÇÃO

A realidade brasileira contemporânea tem revelado um lado sombrio de parte da população religiosa. Segmentos religiosos conservadores, notadamente de tradições cristãs (católicos, protestantes históricos e evangélicos), não só têm comungado com projetos societários reacionários e déspotas, como têm militado em prol de sua consolidação no cenário brasileiro. Por vezes, essa militância se desdobra na divulgação de interpretações conservadoras de narrativas mitológicas. Este conservadorismo religioso, a despeito do Projeto Ético-político – PEP do Serviço Social construído nos últimos anos, e balizado numa teoria social crítica, tem tido capilaridade no contexto profissional; basta analisar os pilares ideó-teóricos do que se convencionou chamar de "Serviço Social Libertário" (OLIVEIRA, 2018) e os dados sobre a significativa religiosidade dos assistentes sociais brasileiros (IAMAMOTO, 2009; SIMÕES, 2005) para inferir um ambiente propício à reverberação de neoconservadorismos de natureza religiosa no seio da categoria.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Sergipe. E-mail:<viniciuspmaga@gmail.com>.

Matos (2015) tem chamado atenção para a necessidade de os assistentes sociais incorporarem os valores emancipatórios do PEP profissional. Na direção desta advertência, como propor a incorporação dos princípios emancipatórios do PEP tendo um número significativo de profissionais religiosos expostos tenazmente à narrativas mitológicas reacionárias?

Defendemos a tese de que um diálogo deve se abrir em torno da temática da espiritualidade libertária no âmbito do Serviço Social brasileiro, debate este que deve evidenciar a natureza diversa das religiosidades, o desdobramento da luta de classes nessa dimensão da realidade e nas ações políticas de sujeitos coletivos religiosos. Trata-se de um empreendimento teórico que, além de possibilitar a construção de narrativas religiosas contra-hegemônicas e progressistas, permite uma aproximação do imaginário cultural das populações (profissionais, estudantes e usuários) que constituem o Serviço Social brasileiro.

Para tanto, o seguinte problema teórico se coloca nessa empreitada: existem possibilidades para diálogo e convergência entre o PEP profissional e as espiritualidades libertárias brasileiras?

É essa questão que a reflexão desenvolvida neste ensaio teórico procura responder de forma resumida e sintética.

2 A NATUREZA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Pretende-se, neste primeiro tópico, desenvolver uma breve reflexão sobre a natureza do PEP profissional do Serviço Social.

Iniciamos esta digressão tendo como ponto de partida o período em que emerge uma “intenção de ruptura” com o Serviço Social tradicional (NETTO, 2011b).

As décadas de 1960 e 1970 representaram para o Serviço Social latino-americano a possibilidade de fazer frente a um projeto profissional conservador e acrítico. O movimento de reconceituação do Serviço Social da América Latina surgiu como uma tentativa de dar respostas à insistente realidade periférica desta região em relação aos países “desenvolvidos”, subsunção que reverberou de forma profundamente negativa na vida dos usuários dos serviços sociais destes países (JUNQUEIRA, 1980). Apesar da heterogeneidade do movimento de

reconceituação, esta foi a vertente mais crítica que floresceu nas décadas seguintes, sobretudo no Brasil.

É preciso dizer que a vertente mais crítica do movimento de reconceituação também incorreu em alguns equívocos, os quais posteriormente foram superados com o amadurecimento intelectual da categoria profissional no Brasil. Entretanto, o que merece ser destacado é a importância desse movimento ao lançar luz sobre a vinculação de classe do Projeto profissional tradicional (NETTO, 1981). A constatação de que não existe neutralidade de classe no direcionamento de um Projeto profissional configurou-se legado do movimento de reconceituação latino-americano.

José Paulo Netto (1999) avançou nessa direção ao vincular os Projetos profissionais aos Projetos societários, desnudando o caráter político das profissões. Vinculando-se a um Projeto de sociedade essencialmente diferente do capitalista, o PEP do Serviço Social incorporou o legado do movimento de reconceituação ao dar manifesto caráter político, no sentido de assunção de uma posição de classe, à formação e ao exercício profissional; dever programático mediado pela intensa participação político-organizativa da categoria nas entidades representativas da profissão. Esta inflexão foi mediada, sobretudo, pela incorporação da tradição teórico-metodológica da teoria social marxiana e marxista.

O conhecido Congresso da virada (III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 1979) marcou essa intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional (CFESS, 2009), isto é, com um Projeto profissional que se propunha neutro, sem perspectiva de classe. Iniciou-se um processo de construção de uma *hegemonia de ruptura* no seio da categoria. A participação coletiva dos profissionais identificados com a proposta de um novo Projeto de ruptura materializou três importantes documentos que podem ser considerados expressões concretas do PEP do Serviço Social brasileiro: a Lei de Regulamentação da profissão 8.662/1993, o Código de ética de 1993 e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS² de 1996 (NETTO, 1999).

A Lei de Regulamentação 8.662/1993, ao propor a ampliação do leque de competências profissionais constituiu-se como um requisito do processo de reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo, o qual exigiu novas competências aliadas à dinâmica de mutação do mundo do trabalho (SANTOS;

² Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

ARANHA, 2017). Mesmo representando essa necessidade, a referida lei viabilizou a construção da maturidade profissional e sua autonomia, relativa ao elencar as atribuições privativas dos assistentes sociais, permitindo maior proteção ante as instituições empregadoras.

O código de ética de 1993 significou um avanço na direção da defesa intransigente dos direitos humanos, da democracia e da liberdade nos processos de trabalho dos profissionais. Esse documento, aliado à Lei de regulamentação, representou uma diretriz para fazer um profissional crítico, criativo e propositivo na empreitada de tomar o lado dos trabalhadores diante de condições objetivas adversas – determinadas pela conjuntura de retração dos direitos sociais e humanos – no contexto dos espaços sócio-ocupacionais.

As Diretrizes Curriculares de 1996 são resultados de uma correlação de forças que disputou um projeto de formação profissional. De um lado; a categoria profissional e os órgãos de representação Conjunto CFESS/CRESS³, ABEPSS e ENESSO⁴, herdeiros do legado de lutas históricas contra o conservadorismo, que defendem uma formação crítica. De outro lado, o Ministério da Educação, que, na direção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, representou um instrumento de grande capital para boicotar o projeto progressista do currículo mínimo proposto pela categoria, transformando-o em diretrizes genéricas e flexíveis. Ainda assim, as novas Diretrizes representaram uma ruptura com o antigo currículo e a antiga tradição de formação. Divididas em três núcleos gerais, as Diretrizes Curriculares de 1996 deram centralidade ao exercício profissional na perspectiva ampla do debate da categoria de trabalho, além de conceber os fundamentos da profissão numa ótica de totalidade e histórico-crítica (IAMAMOTO, 2014; KOIKE, 2009; TINTI, 2015).

O impacto deste Projeto na formação e no fazer profissional foi significativo, na medida em que permitiu que os assistentes sociais se percebessem classe trabalhadora, e passassem a considerar a categoria trabalho como um elemento central no processo de compreensão do lugar e do significado social da profissão. Além deste Projeto profissional viabilizar uma competência crítica capaz de superar o

³ Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social.

⁴ Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.

fatalismo (supremacia da causalidade) e o messianismo (supremacia da teleologia) no exercício profissional (IAMAMOTO, 2009).

Não obstante às características suprarreferidas, penso que o elemento medular do PEP profissional é a constatação do princípio da liberdade como valor ético central da profissão. A reflexão filosófico-ontológica da liberdade como valor ético central do atual código de ética e do PEP profissional, caminham na direção de afirmar a capacidade do ser social de fazer escolhas, o que em última instância afirma a possibilidade concreta de construção de outra sociabilidade à revelia de condições objetivas adversas (BARROCO, 2010; BONETTI, 1998; IAMAMOTO, 2015).

Esta reflexão tem catalisado, no âmbito profissional, a defesa intransigente dos direitos humanos (IAMAMOTO, 2015), projeto que se configura em estratégia “[...] no horizonte de construção de uma ordem social libertária, no contexto de um campo de disputa de projetos societários” (VINAGRE, 2011, p. 108). Nesse sentido, derivados da liberdade, o Projeto ético-político do Serviço Social calca-se em valores emancipatórios como: democracia, pluralismo, cidadania ampliada e defesa dos direitos humanos.

3 ESPIRITUALIDADES BRASILEIRAS LIBERTÁRIAS

O termo espiritualidade utilizado nesta reflexão teórica não é uma derivação do sentido dado pela literatura marxiana e engelsiana, onde o espírito ou a espiritualidade, são dimensões contrapostas à matéria, à objetividade e à concreção histórica da realidade. Na direção desta perspectiva clássica, a espiritualidade relaciona-se à filosofia, ao idealismo, à subjetividade. No sentido proposto por este trabalho, espiritualidade tem relação específica com as dimensões da fé e da transcendência. Optou-se pela não-utilização do termo religiosidade em função da mediação institucional que esta palavra, quase que obrigatoriamente, impõe. Espiritualidade, portanto, nos contornos deste ensaio teórico é *uma experiência ou vivência de fé e transcendência que extrapola a mediação institucional* (BOFF, 2001).

As espiritualidades brasileiras são diversas, por esse motivo utilizamos o termo no plural. Entretanto, a despeito da diversidade das tradições espirituais brasileiras, optou-se por destacar os elementos libertários das tradições cristãs por dois motivos: 1) é a tradição comumente associada às dimensões do neoconservadorismo religioso,

dada a militância de parte de seus representantes, detentores de monopólios midiáticos; e 2) é a tradição religiosa que tem maior capilaridade no contexto da sociedade brasileira (IBGE, 2010) e, por conseguinte, no público que constitui o Serviço Social – usuários, estudantes (SIMÕES, 2007) e profissionais (IAMAMOTO, 2009).

O termo libertário, proposto por Robert Nozick (1938-2002), remete ao movimento do libertarianismo; que configura uma das correntes do neoliberalismo, de exaltação do indivíduo e da propriedade privada (MORRESI, 2002). Procuo relacionar o termo “libertário” não às reflexões sobre liberdade balizadas pela ideologia neoliberal, mas à reflexão filosófico-ontológica que consagrou a liberdade como valor ético central do PEP do Serviço Social brasileiro. Pensar na liberdade como uma capacidade teleológica do ser social, legitima perspectivas não fatalistas em relação a um devir histórico, que se contrapõem à ideia de que a sociabilidade burguesa é o ponto-final da história.

Portanto, a opção pelo termo “espiritualidades libertárias” segue esta tendência de disputar o sentido da liberdade. Uma espiritualidade libertária sinaliza possibilidades de construção de outra sociedade; estratégia mediada pela defesa intransigente dos direitos humanos e das diversas pautas progressistas de movimentos sociais organizados.

Feito estes esclarecimentos terminológicos, é possível identificar nas tradições cristãs, católicas e protestantes, tendências progressistas de defesa dos direitos humanos?

Já é conhecido o legado da esquerda católica emergente a partir da década de 1960 no contexto brasileiro. A influência francesa de Emmanuel Mounier (1905-1950), Louis-Joseph Lebret (1897-1966) e a emergência da Juventude Universitária Católica (JUC) catalisaram uma práxis de esquerda nos arraiais da igreja católica. No início da década de 1960 estas influências germinaram a criação de um Movimento pela Educação de Base (MEB), ancorado nas teses de Paulo Freire – “[...] primeira tentativa católica de uma prática pastoral radical junto às classes populares” (LÖWY, 1991, p. 53). Em 1992, segmentos da JUC e do MEB, criaram a Ação Popular, movimento responsável pela construção do socialismo a partir da metodologia revolucionária marxiana (LÖWY, 1991). O cenário posterior ao golpe militar de 1964 revelou uma igreja empática pela causa dos perseguidos políticos pelo regime ditatorial, muito em

função da interferência do ministério do frade franciscano e cardeal brasileiro Dom Paulo Evaristo Arns, que a partir da década de 1970 usou sua voz e influência para denunciar os crimes da ditadura. Foi nessa conjuntura onde surgiu a teologia da libertação brasileira com Hugo Assmann e, posteriormente, com Clodovis Boff, Leonardo Boff e Frei Betto. Trata-se de uma teologia que estabelece a pauta do pobre como elemento nevrálgico da práxis evangélica, que catalisou a construção de diversas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as quais serviram de sustentáculo para o desenvolvimento e organização do movimento operário rural e urbano, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores.

A espiritualidade católica de esquerda, portanto, contribuiu de forma significativa com o processo de redemocratização do Brasil, ao mesmo tempo em que formou uma série de lideranças políticas e diversos movimentos sociais rurais e urbanos.

Além do segmento progressista católico, os protestantes ecumênicos, apesar de pouco conhecidos no quadro das lutas libertárias, foram atores que contribuíram significativamente com as lutas democráticas e ajudaram a ratificar a natureza política diversa dos movimentos religiosos. Formados e inspirados pelo teólogo americano Richard Shaull, que recebeu influências teóricas de Karl Barth (1886-1968), Dietrich Bonhoeffer (1906-1945) e Paul Tillich (1886-1965); os protestantes ecumênicos brasileiros se aproximaram das possibilidades de diálogo e convergência entre o cristianismo e a revolução social (comunismo) (TRABUCO, 2016). A proposta desta aproximação perigosa logo reverberou numa série de perseguições políticas, as quais se estenderam até as comunidades religiosas. Muitos estudantes da União Cristã de Estudantes Brasileiros – UCEB, organização influenciada pelos textos de Shaull, foram perseguidos e assassinados no contexto da ditadura por militarem em uma diversidade de partidos de esquerda, dentre os quais, a Ação Popular, que também teve representação protestante. Ademais, as pautas libertárias defendidas pelo protestantismo progressista caminharam na direção de estabelecer diálogos com o movimento feminista, étnico-racial e também com as ligas camponesas, diálogo estreitado a partir da criação da Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra – CEDITER pelo Rev. João Dias de Araújo em 1982, na cidade de Feira de Santana/BA (TRABUCO, 2016).

As Teologias da libertação, da missão integral, ecumênica, negra e feminista, das quais o protestantismo brasileiro lançou mão para intervir em sua realidade social e política a partir da década de 1950 e as interlocuções estratégicas feitas com partidos políticos e movimentos sociais, dão conta de pintar a natureza libertária da militância do protestantismo ecumênico brasileiro, ainda que sua história não tenha tido a mesma ressonância memorial que teve a da esquerda católica.

É possível, portanto, na circunscrição da tradição cristã, católica e protestante, identificar a ação política de sujeitos coletivos religiosos de defesa dos direitos humanos; tratou-se de movimentos que construíram novas possibilidades de interpretação da bíblia a partir da realidade latino-americana e da condição dos povos em situação de opressão (pobres, camponeses, sindicalistas, perseguidos políticos, mulheres, negros e LGBTs.). A experiência religiosa para este público rompeu com a defesa de pautas moralistas, conservadoras e legitimadoras do status quo. A fé tornou-se práxis e a expressão da piedade extrapolou as demandas do templo e das instituições religiosas para ter capilaridade num mutirão em prol da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, utopia regada pelo mito evangélico.

4 FOLGANDO OS NÓS DE UMA RELAÇÃO MAL RESOLVIDA: caminhos de diálogo e convergência.

Espiritualidade e Serviço Social são dois conceitos de naturezas distintas e, em certo ponto, conflitantes. Espiritualidade, numa perspectiva filosófico-ontológica⁵, é a expressão da subjetividade produzida objetivamente (TONET, 2016); uma necessidade do ser social. O Serviço Social, todavia, é uma profissão que emerge a partir do estágio monopolista do capitalismo (NETTO, 2011a). Apesar de a profissão emergir sob condições objetivas, produzidas pelo capitalismo monopolista, ela se estabelece institucionalizando e dando continuidade a serviços outrora praticados pelas damas de caridade; mulheres notadamente pertencentes às classes dominantes e de profunda bagagem moral e religiosa (IAMAMOTO, 2011).

Este é o desenho fundamental que vai marcar a relação entre a Espiritualidade e o Serviço Social, mesmo depois da ruptura com o projeto profissional conservador.

⁵ Cabe a advertência de que não se trata de qualquer tipo de ontologia, mas daquela oriunda do Método Materialista histórico-dialético.

É possível pensar numa relação, no campo da pesquisa, entre a Espiritualidade e o Serviço Social para além das discussões sobre a herança daquele conservadorismo religioso? É possível empreender diálogos com a Espiritualidade numa perspectiva positiva, isto é, considerando-a algo mais do que apenas alienação ou reprodução de conservadorismo? Ademais, é viável propor este diálogo a partir de um referencial teórico da tradição marxista?

A hipótese defendida neste trabalho é a de que há um receio de que, com este debate, retornemos às malhas conservadoras e religiosas que adornaram a profissão por muito tempo; há um recalque do marxismo em relação à dimensão da Espiritualidade, que também pode ser interpretado, nos termos de Eduardo Vasconcelos (2010), como um dos desdobramentos de um recalque da subjetividade.

Mas quais os determinantes deste recalque da subjetividade, impetrado por certo tipo de marxismo e incorporado pelo Serviço Social?

Consuelo Quiroga (1991) contribui com este debate na medida em que estuda a invasão positivista no marxismo e suas expressões no âmbito do Serviço Social. É possível inferir, a partir destes trabalhos, que o processo de recalque da subjetividade pelo marxismo é oriundo do período da Segunda Internacional, onde pensadores marxistas como Gheorghii Plekhânov disseminaram suas teorias. Na teoria de Plekhânov, havia uma supervalorização da dimensão econômica, a despeito da liberdade. Este concebeu de forma fatalista a constituição do socialismo, alijado da ação histórica dos homens.

Adriana Azevedo (1998) chama atenção para outro ator importante nesse processo de recalque da subjetividade no âmbito do marxismo, proposto pelo pensador Louis Althusser, que também tratou de valorizar as dimensões econômicas e políticas, em detrimento das ideológicas e subjetivas, objetivando a criação de um marxismo científico que desconsiderasse os elementos humanistas da obra marxiana.

O fato é que essas experiências enviesadas do marxismo alcançaram o Serviço Social e determinaram um distanciamento com o campo da subjetividade, como se a subjetividade fosse um campo da ciência burguesa (VASCONCELOS, 2010; DUARTE, 2010).

Mais especificamente, esse distanciamento de tudo o que diz respeito à subjetividade, afastou o Serviço Social da Espiritualidade. Obviamente que esta

situação da Espiritualidade no contexto da profissão também foi influenciada pelo projeto da intenção de ruptura com o conservadorismo do projeto profissional anterior (NETTO, 2011b).

Resta saber se existem possibilidades concretas de estabelecer diálogos entre o marxismo e a dimensão da Espiritualidade.

Ivo Tonet (2016), tratando da religiosidade e da luta pela emancipação humana, não foge da empreitada de tratá-la como uma expressão da subjetividade alienada, mas de profunda natureza contra-revolucionária.

Fábio Bento (2016) segue esta perspectiva ao tratar a religião como urtiga revolucionária, na medida em que considera ter sido um fator determinante para lutas democráticas e revolucionárias no contexto da América Latina, especificamente na Nicarágua e em El Salvador.

Michael Löwy (1998), analisando a polêmica afirmação de Marx em "Crítica da Filosofia do Direito de Hegel" – quando este afirma ser a religião "o ópio do povo", apresenta outra possibilidade de interpretação desta afirmação. Além daquela religião como legitimadora da organização social, Löwy (1998) apresenta uma religião como expressão de protesto da ordem societária.

Rosa Luxemburgo (1981), ainda no início do século XX, também dialogou com a dimensão da religião; denunciou a contradição de clérigos católicos poloneses e russos que se levantaram contra o programa dos sociais-democratas, à revelia dos princípios e do comunismo dos primeiros cristãos. Para Luxemburgo (1981), a experiência dos primeiros cristãos foi uma experiência comunista ingênua, pois propôs apenas a socialização de bens de consumo. Entretanto, trata-se de uma experiência que deve ser levada em consideração para desmascarar lideranças religiosas que destoam da essencialidade cristã, e para constatar a reprodução da luta de classes presente também nestas instituições.

A constatação de que a luta de classes se reproduz nas instituições religiosas, rejeita a ideia da naturalização da religião como legitimadora do status quo. Se existe luta de classes dentro das instituições religiosas, existem possibilidades de lutas contra-hegemônicas na direção da emancipação humana.

Nesse sentido, outra referência importante para refletir sobre a luta contra-hegemônica dentro das instituições religiosas seria Antônio Gramsci. Foi Gramsci o

pensador marxista que observou a ampliação do Estado no século XX. Com a ampliação do Estado, outra instância de luta por hegemonia, além da sociedade política, surge no momento superestrutural do Estado burguês: a sociedade civil. É no âmbito da sociedade civil onde se localizam os aparelhos privados de hegemonia, instituições onde se reproduzem as batalhas ideológicas, fruto da luta de classes (SIMIONATTO, 2011). A igreja poderia ser classificada, nesse sentido, como um aparelho privado de hegemonia.

Silveira (2002) afirma ser a produção de valores contra-hegemônicos, mediante processos formativos da classe subalterna, um desafio a ser enfrentado pelos marxistas que rejeitam a categoria subjetividade. Uma Espiritualidade contra-hegemônica, comprometida com a emancipação humana, caminha nessa direção, de produção de uma subjetividade emancipada.

Portanto, a partir dos teóricos marxistas aqui apresentados, é possível legitimar diálogos entre o marxismo e a Espiritualidade, e mais do que isso; é possível considerá-la algo maior do que apenas alienação e catalisadora de valores conservadores.

O que isso representa para o Serviço Social brasileiro? Estudos têm chamado atenção para o fato de que assistentes sociais e estudantes de Serviço Social são de maioria religiosa (IAMAMOTO, 2009; SIMÕES, 2005, 2007). Aproximar-se da temática da Espiritualidade no âmbito do Serviço Social é dever fundamental para compreender essa realidade que, aparentemente, parece ser contraditória com a matriz teórica materialista que baliza o projeto profissional.

Verificou-se que, no caso da tradição cristã – católica e protestante – o elemento libertário, que se tornou emblema de nosso PEP profissional, se manifesta de forma significativa. A defesa intransigente dos direitos sociais e humanos e a comunhão com os segmentos oprimidos da sociedade brasileira (empobrecidos, analfabetos, perseguidos políticos, camponeses, sem-teto, mulheres, negros e LGBTs), por parte de movimentos religiosos progressistas, demonstra o tensionamento de pautas que sinalizam para a possibilidade de construção de outra sociedade.

5 CONCLUSÃO

Verificou-se que a liberdade - e os valores que dela derivam ao sinalizar a possibilidade de construção de outra sociabilidade - é o elemento basilar do PEP do Serviço Social; verificou-se a possibilidade de estabelecer diálogos entre a Espiritualidade e a literatura marxista e constatou-se a convergência entre as pautas defendidas por movimentos religiosos progressistas da tradição cristã e a natureza libertária do PEP profissional. Portanto, a proposta de uma aproximação dialógica com os movimentos religiosos progressistas não é um empreendimento estéril, mas uma estratégia produtiva no campo de luta contra o conservadorismo. Consideramos urgente a inserção dos movimentos religiosos progressistas no quadro de atores políticos e sujeitos coletivos que comungam com os princípios e o espírito do PEP do Serviço Social, sob pena de cairmos em generalizações contraproducentes no processo de luta contra o neoconservadorismo religioso que embebeu parte da categoria profissional.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Adriana Fonseca de. **Serviço Social e marxismo**: uma discussão da problemática do indivíduo. *Serviço Social & Sociedade*, a. XIX, n. 57, São Paulo, jul. 1998, p. 109-132.

BARROCO, Maria Lucia S. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. Biblioteca básica de Serviço Social. v. 4. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BENTO, Fábio Régio. **Marxismo e Religião**: Revolução e Religião na América Central. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BOFF, Leonardo. **Espiritualidade**: um caminho de transformação. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

BONETTI, Dilséa Adeodata et al (orgs.). **Serviço Social e ética**: convite a uma nova práxis. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). CFESS Manifesta, 30 anos do Congresso da Virada. **Projeto ético-político do Serviço Social**: 30 anos na luta em defesa da humanidade. São Paulo: CFESS, 2009. Disponível em: <<http://cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf>> Acesso em: 28 mai. 2019.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Subjetividade, marxismo e Serviço Social: um ensaio crítico. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 5-24, jan./mar. 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 341-375.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 33. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.001>

_____. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 27 abr. 2019.

JUNQUEIRA, Helena Iracy. Quase duas décadas de reconceituação do serviço social: uma abordagem crítica. In: **Serviço Social e Sociedade**. Ano II, n. 4, dez. 1980, p. 1-38.

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 202-219.

LÖWY, Michael. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Marx e Engels como sociólogos da religião**. Lua Nova – Revista de cultura e política, n. 43, p. 157-170, 1998.

LUXEMBURGO, Rosa. **O socialismo e as igrejas**: o comunismo dos primeiros cristãos. 2 ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MATOS, Maurílio Castro de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.046>

MORRESI, Sergio D.. Robert Nozick e o liberalismo fora do esquadrão. **Lua Nova**. n. 55-56 São Paulo, 2002. p. 285-296. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452002000100014>

NETTO, José Paulo. A crítica conservadora à reconceptualização. In: **Serviço Social e Sociedade**. Ano II, n.5, mar. 1981, p. 59-75.

_____. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: CEAD/ABEPSS/CFESS (Org.). **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

OLIVEIRA, Leidiane Souza de. Serviço social brasileiro: da gênese contraditória às atuais possibilidades Ético-políticas. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 18, n. 35, jan./jun. 2018, p. 84-104. Doi: <http://dx.doi.org/10.22422/temporalis.2018v18n35p84-104>

PINHEIRO, Lucí Faria. **Serviço social, religião e movimentos sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

QUIROGA, Consuelo. Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no serviço social. São Paulo: Cortez, 1991.

SANTOS, Laryssa Gabriella Gonçalves dos; ARANHA, Maria Lúcia Machado. A noção de competência do Serviço Social: um estudo a partir da produção acadêmica da área (2000-2014). In: ARANHA, Maria Lúcia Machado; SANTOS, Vera Núbia; BORGES, Josefa Lusitânia de J. (orgs.). **Mercado de trabalho, qualificação e “competência” profissional: desafios para o/a assistente social**. São Cristóvão: Editora UFS, 2017. p.11-44.

SILVEIRA, Maria Lídia Souza da. Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo. **Revista Outubro**, N. 7, p. 103-113, 2002.

SIMIONATTO, Ivete. GRAMSCI: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SIMÕES, Pedro. **Assistentes Sociais e Religião**. Um estudo Brasil/Inglaterra. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Religião e Política entre alunos de Serviço Social (UFRJ). **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, 2007, 27(1): 175-192. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872007000100009 Acesso em: 16 set. 2016. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872007000100009>

TINTI, Éliidi Cristina. formação profissional em Serviço Social no Brasil e trabalho profissional. In: _____. **Capitalismo, trabalho e formação profissional: dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão preto** [online]. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2015, p. 75-96. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 11 mai. 2018.

TONET, Ivo. **Marxismo, religiosidade e emancipação humana**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

TRABUCO, Zózimo. **À direita de Deus, à esquerda do povo: protestantismos, esquerdas e minorias (1974-1994)**. Salvador: Saggá, 2016.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Da hiperpsicologização normatizadora ao recalçamento da subjetividade: notas históricas sobre Serviço Social, subjetividade e saúde mental no Brasil e no Rio de Janeiro. In: _____(org.). **Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. 5 ed. São Paulo: Cortez, p. 181-214, 2010.

VINAGRE, Marlise. Ética, direitos humanos e projeto profissional emancipatório. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (orgs.). **Ética e direitos: ensaios críticos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 107-122.